



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2013
(Do Sr. Rubens Bueno)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir as políticas públicas específicas do atual governo para proteger as fronteiras brasileiras vis-à-vis os crescentes problemas de segurança pública nas cidades brasileiras.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa. com base no art. 117, inciso VIII, e art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) c/c § 2º, do art. 58 da Constituição Federal (CF) a realização de Audiência Pública para discutir as ações do atual governo para resguardar as fronteiras brasileiras vis-à-vis a vulnerabilidade e a carência de políticas públicas específicas verificadas nas cidades localizadas na tríplice fronteira entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina.

Para tanto, faz-se necessário à participação das seguintes personalidades:

- SENHORA REGINA MIKI, Secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.
- SENHOR LEANDRO DAIELLO, Diretor-Geral da Polícia Federal.
- SENHOR FERNANDO AUGUSTO VICENTINE, Presidente do Sindicato dos Policiais Federais do Paraná (Sinpef-PR).
- TENENTE-CORONEL ALEXANDRE AUGUSTO ARAGON, Departamento da Força Nacional de Segurança Pública.
- SENHORA MARIA ALICE NASCIMENTO SOUZA, Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal.
- SENHOR SIDNEI NUNES DE SOUZA, Presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais do Paraná.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

- SENHOR CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO, Secretário da Receita Federal do Brasil.

JUSTIFICATIVA

De acordo com o divulgado pelo governo, o Plano Estratégico de Fronteiras nasceu da necessidade do Brasil reforçar a presença nos 16.880 km de fronteira terrestre com países vizinhos.

A partir de junho de 2011, o governo federal passou a integrar as ações dos diversos ministérios e os poderes públicos locais para implantar o referido plano que prevê atuação integrada de municípios, órgãos federais e estaduais de segurança pública, da Receita Federal do Brasil e das Forças Armadas.

Segundo divulgado pela imprensa, a avaliação do governo acerca dos resultados do Plano Estratégico de Fronteiras é positivo.

Não obstante, alguns fatos contestam essa análise:

São eles:

1. Queda de investimentos e abandono de diversos pontos de vigilância nas fronteiras do país.
 - Nos últimos seis anos, os gastos da Polícia Federal no Paraná com custos gerais, como locação de mão de obra e pagamento de passagens e diárias aos policiais, estão “congelados” em cerca de R\$ 19 milhões. Em 2013, as despesas acumuladas com custeio chegaram a R\$ 19,9 milhões até setembro. Os dados são do Portal da Transparência do governo federal.
 - Segundo o Sindicato dos Policiais Federais do Paraná (Sinpef-PR), a PF deveria contar com 1,5 mil policiais fazendo investigação no estado, mas o total hoje não passa de 500.
2. A situação fática dos equipamentos à disposição da Polícia Federal no Paraná:
 - Em agosto deste ano, a delegacia da Polícia Federal de Guaíra recebeu uma lancha blindada de combate para atuação na área de fronteira. De acordo com informações da imprensa, essa lancha custou cerca de R\$ 2 milhões aos cofres públicos. Essa região, de Guaíra, é considerada a mais crítica em toda a fronteira paranaense com o Paraguai. Não obstante há denúncias de que a lancha está parada há meses no pátio do posto de fiscalização com problemas mecânicos.
 - Em setembro deste ano, noticiou-se que o Veículo Aéreo Não Tripulado – VANT - que está em São Miguel do Iguaçu, no Paraná está parado por falta de falta de pessoal técnico qualificado para operá-lo.
3. As ações de combate ao contrabando e ao descaminho por parte da Secretaria da Receita Federal, bem como as perspectivas de reposição do quadro funcional de auditores da área aduaneira:
 - A falta de servidores e de infra-estrutura impede a realização de ações de fiscalização, controle e repressão aduaneira.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

- Não obstante as carências reconhecidas pela Receita Federal do Brasil (RFB), devido a dificuldades orçamentárias, os concursos públicos serão postergados, e não deverá haver seleção em 2014, segundo reconhecem a própria RFB e os ministérios da Fazenda e do Planejamento.
- O governo federal desacelerou investimentos no programa de proteção às fronteiras e no apoio à construção de presídios estaduais em 2013.

Diante do que precede, e tendo em vista que a precariedade de nossas fronteiras está na raiz de muitos problemas que assolam o Brasil, solicito a Vossa Excelência autorização para realizar de audiência pública com a presença das autoridades citadas a fim de que possamos esclarecer essas e outras dúvidas bem como promover um amplo debate sobre os problemas que atravessam muito facilmente os nossos limites territoriais.

Câmara dos Deputados, em _____ de novembro de 2013.

Deputado Rubens Bueno
PPS/PR